

Tradução

O revés do perlocucionário: J.L. Austin, Stanley Cavell, Michel Foucault¹

The revenge of the perlocutionary: J.L. Austin, Stanley Cavell, Michel Foucault

El revés del perlocutivo: J.L. Austin, Stanley Cavell, Michel Foucault



Daniele Lorenzini

Universidade da Pennsylvania, Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos

d.lorenzini@email.com



Gleiton Matheus Bonfante (Tradutor)

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

supergleiton@gmail.com

Resumo: Neste artigo, Lorenzini argumenta que é possível desenvolver um estudo filosófico coerente do domínio do perlocucionário como um aspecto essencial da performatividade da linguagem, e que ela possui uma dimensão moral que até agora foi ignorada. Em particular, ele sugere que o estudo do perlocucionário, ao contrário do ilocucionário, exige que estabeleçamos uma distinção conceitual entre duas formas de reconhecimento marcadas no inglês: a *recognition* (*reconhecimento*), por um lado, e o que é chamado de *acknowledgment* (*aceitação, assentimento*), por outro. Finalmente, Lorenzini explicita que há uma forma específica de responsabilidade moral associada aos atos perlocucionários e seus efeitos (que não são totalmente previsíveis de antemão): nomeadamente a “responsabilidade perlocucionária”.

Palavras-chave: performatividade; ato de fala; responsabilidade perlocucionária; reconhecimento; aceitação.

¹ A versão original francesa desse texto foi publicada em MEES, M., ROUX J.-M. (Eds.) *Le performatif à l'usage*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2024, p. 71-84.

Abstract: In this article, Lorenzini argues that it is possible to develop a coherent philosophical study of the domain of the perlocutionary as an essential aspect of the performativity of language, and the latter has a moral dimension that has so far been ignored. In particular, he suggests that the study of the perlocutionary, as opposed to the illocutionary, requires us to establish a conceptual distinction between two forms of recognition marked in English: *recognition*, on the one hand, and what is called *acknowledgment*, on the other. Finally, Lorenzini explains that there is a specific form of moral responsibility associated with perlocutionary acts and their effects (which are not entirely predictable beforehand): namely “perlocutionary responsibility”.

Keywords: performativity; speech act; perlocutionary responsibility; recognition; acknowledgment.

Resumen: En este artículo, Lorenzini sostiene que es posible desarrollar un estudio filosófico coherente del dominio de lo perlocutivo como aspecto esencial de la performatividad del lenguaje, y que ella tiene una dimensión moral que hasta ahora ha sido ignorada. En particular, sugiere que el estudio de lo perlocutivo, por oposición a lo ilocutivo, requiere que establezcamos una distinción conceptual entre dos formas de reconocimiento marcadas en inglés: el *recognition*, por un lado, y lo que se denomina *acknowledgment*, por otro. Por último, Lorenzini explica que existe una forma específica de responsabilidad moral asociada a los actos perlocutivos y a sus efectos (que no son totalmente previsibles de antemano): se trata de la “responsabilidad perlocutiva”.

Palabras clave: performatividad; acto lingüístico; responsabilidad perlocutiva; reconocimiento; admisión.

Submetido em: 20 de fevereiro de 2024

Aceito em: 17 de maio de 2024

Publicado em: 30 de setembro de 2024

1 Introdução

Desde a “revolução pragmática” na filosofia da linguagem na década de 1950, houve uma proliferação de análises da teoria dos atos de fala, em que foi dada atenção especial às noções de enunciado performativo e força ilocucionária. No entanto, outros aspectos da “eficácia” da linguagem, de sua capacidade de *fazer* coisas – e, portanto, de sua performatividade no sentido amplo – permaneceram mais ou menos inexplorados. Esse é o caso do domínio perlocucionário, que só começou a ser sistematicamente explorado recentemente, principalmente graças à influência das análises de Stanley Cavell dedicadas ao enunciado passional (Cavell, 2011)².

Neste texto, proponho reforçar esse interesse – ainda bastante frágil³ – pelo perlocucionário como uma dimensão essencial da performatividade da linguagem, argumentando que é possível desenvolver um estudo filosófico coerente desse campo e que tal estudo possui uma dimensão moral que tem sido ignorada até agora. Em particular, mostrarei que o estudo do perlocucionário, ao contrário do ilocucionário, exige que façamos uma distinção conceitual entre duas formas de reconhecimento⁴: o que em inglês é chamado de *recognition* (*reconhecimento*), por um lado, e o que é chamado de *acknowledgment* (*aceitação, assentimento*), por outro. Essa distinção é crucial porque o sucesso de uma perlocução normalmente depende de algo *a mais* (e *diferente*) do que o que J.L. Austin chama de assegurar o *uptake* (*securing uptake*), ou seja, o fato de meu interlocu-

2 Ver também: Raïd (2011), Lorenzini (2015) e Kaufmann (2016).

3 [N.T.] O interesse pelo perlocucionário não é assim tão frágil no Brasil, especialmente na área que se convencionou chamar Nova Pragmática, baseada largamente nos trabalhos de Kanavillil Rajagopalan e seus orientandos. Em 2016, Rajagopalan em conferência na UFRJ concordou que havia ainda muito inexplorado em torno do perlocucionário. No entanto, vários autores e autoras tem investido em suas análises linguísticas justamente no perlocucionário, pelos interesses por aquilo que a linguagem pode surtir de efeitos materiais, sobretudo corpóreos. São grandes expoentes desse gesto, os interesses pela violência linguística (Daniel do Nascimento e Silva), pelas relações étnico-raciais (Joana Plaza Pinto, Glenda Mello, Kassandra Muniz), pelo diálogo entre Austin e Wittgenstein (Helena Martins) e na conceitualização da pornografia virtual, ou linguagem sensual (Gleiton Bonfante). Contudo, esses trabalhos possuem uma diferença relevante do trabalho de Lorenzini: enquanto aqueles pensam o perlocucionário como responsabilidade ética, Lorenzini investe neles como responsabilidade moral. Nesse nexo, o perlocucionário passa a ser central à análise e ao uso da língua e não como um subproduto não linguístico. Ainda acho relevante explicitar que, diferente de Lorenzini, Bonfante (2021) não pensa o perlocucionário como aberto a negociação, mas como uma produção irremediável de afetos.

4 [N.T.] Embora eu mantenha os conceitos em inglês, proponho também uma tradução para *recognition*, nomeadamente, reconhecimento, e duas para *acknowledgment*, aceitação, assentimento. Esse segundo conceito se dá em torno de reconhecimento político que acentua a ratificação da existência. No entanto, eu vou preferir investir no contraste ao longo do texto. A manutenção também das palavras estrangeiras alimenta a tensão que a sombra da palavra joga no texto.

tor reconhecer (*recognize*) o significado e a força da minha locução (Austin, 1970). Também argumentarei que há uma forma específica de responsabilidade moral associada a atos perlocucionários e seus efeitos (que não são totalmente previsíveis de antemão): o que chamo de “responsabilidade perlocucionária”.

2 Retorno à distinção entre ilocucionário e perlocucionário

Na segunda metade de *Quando dizer é fazer*, depois de sugerir que a distinção entre constativo e performativo não é realmente capaz de superar a “falácia descritiva” (Austin, 1970, p. 39), Austin argumenta que, para analisar qualquer ato de fala, precisamos levar em conta três dimensões diferentes: a locucionária, a ilocucionária e a perlocucionária (Austin, 1970). Isso não significa, entretanto, que um ato de fala deva ser “fragmentado” em três partes independentes. Em vez disso, o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário são três dimensões distintas, mas inter-relacionadas, da atividade de fala, da performatividade da linguagem ou, como Austin coloca, “o ato de fala total na situação de fala total” (Austin, 1970, p. 151). Na verdade, todo enunciado normalmente opera nesses três níveis: o ato locucionário consiste no fato de dizer algo, o ato ilocucionário corresponde ao que é feito ao dizer algo e o ato perlocucionário indica os efeitos produzidos pelo fato de dizer algo. Mais especificamente, Austin argumenta que há um sentido “consequencial” no qual “produzir um ato locucionário e, portanto, um ato ilocucionário, é produzir ainda um terceiro ato”, a saber, uma perlocução: “Dizer algo frequentemente – na maioria das vezes – produzirá certos efeitos [efeitos consequenciais] sobre os sentimentos, pensamentos ou ações do público, de quem fala e ainda das outras pessoas, E pode-se falar com a intenção, o propósito ou a finalidade de provocar esses efeitos” (Austin, 1970, p. 114).

Esses três “atos” estão, portanto, intimamente ligados. Se uma amiga que estou hospedando quiser dar um passeio às onze horas da noite e eu disser a ela: “Esta área é muito perigosa à noite”, não estou apenas realizando um ato locucionário (estou dizendo algo)

e um ato ilocucionário (*estou afirmando* algo, desde que ela entenda o significado e a força da minha locução), mas provavelmente também um ato perlocucionário (eu poderia, por exemplo, *persuadi-la* a não dar um passeio). Consequentemente, assim como o locucionário e o ilocucionário, se considerarmos o perlocucionário desvinculando-o do “ato de fala integral”, ele se torna nada mais do que uma pura “abstração” filosófica (Austin, 1970, p. 149).

No entanto, um dos principais objetivos de Austin em *Quando dizer é fazer* é diferenciar claramente o ilocucionário do locucionário e do perlocucionário. Vou me concentrar aqui na segunda distinção. Austin argumenta que os efeitos consequenciais das perlocuções não incluem um tipo específico de efeito: aqueles que ocorrem, por exemplo, quando o falante faz uma promessa – que “é parte do ato ilocucionário” (Austin, 1970, p. 115). E acrescenta: “Algumas restrições podem ter de ser feitas, uma vez que há obviamente uma diferença entre o que consideramos ser a produção real de efeitos reais e o que consideramos ser meras consequências convencionais” (Austin, 1970, p. 115). Com base nessas passagens, argumentou-se que Austin concebe os efeitos perlocucionários como sendo nada mais do que um “*subproduto* aleatório de nossos enunciados” (Bauer, 2006, p. 71), porque enquanto o ato ilocucionário é tipicamente “definido no verbo que o designa”, o ato perlocucionário não o é: se dizer “Eu te alarmo” fosse o ato de alarmá-lo, “eu estaria exercendo uma espécie de poder hipnótico ou outro poder sobre você, e você não seria mais livre em suas reações ao meu discurso” (Cavell, 2011, p. 188). Ao contrário, dizer “eu estou te avisando”, nas circunstâncias apropriadas, é avisá-lo.

No entanto, essa forma de ler Austin corre o risco de sugerir que um estudo filosófico coerente da perlocução seria desinteressante ou até mesmo impossível, ou, de qualquer forma, que não se enquadraria em uma teoria dos atos de fala. Contudo, os efeitos perlocucionários são muitas vezes o propósito mais importante de nossas declarações – *a razão* pela qual fazemos coisas com nossas palavras. A afirmação, por exemplo, seria uma atividade bastante enfadonha se seu único objetivo fosse dar aos outros um

“testemunho” confiável sobre estados de coisas. Felizmente, nem sempre é esse o caso: ao afirmarmos algo, na maioria das vezes queremos convencer ou dissuadir, divertir ou irritar, tranquilizar ou alarmar, incitar ou assustar, seduzir ou inspirar, confortar ou ferir. Consequentemente, se a teoria dos atos de fala reduzisse os efeitos perlocucionários a meros subprodutos aleatórios de nossos enunciados, ela se mostraria profundamente insatisfatória.

Portanto, precisamos encontrar outra maneira de distinguir o ilocucionário do perlocucionário. Gostaria de sugerir que, para diferenciar o ilocucionário do perlocucionário, é fundamental considerar o grau de previsibilidade e estabilidade de seus respectivos efeitos. Se for “feliz”⁵, um ato ilocucionário leva a uma série de consequências (ilocucionárias) perfeitamente previsíveis: quando prometo, comprometo-me *de forma bem definida* a cumprir minha promessa. Essas consequências (ilocucionárias) também têm um grau bastante alto de estabilidade, porque não podem ser alteradas ou renegociadas à vontade, por exemplo, dizendo: “Eu não queria prometer, esqueça!” Pelo contrário, os efeitos perlocucionários nunca são *totalmente* previsíveis e estão estruturalmente abertos à renegociação. Por exemplo, se eu tentar consolá-lo e acabar deixando-o irritado, sempre posso dizer: “Sinto muito, não queria irritá-lo, só estava tentando confortá-lo” - e assim transformar o efeito perlocucionário inicial em um processo aberto de renegociação.

Michel Foucault entendeu e explorou essa diferença de maneira proveitosa em seu estudo da *parresía*⁶ antiga, embora nunca se refira à distinção entre ilocução e perlocução. Tomando emprestadas suas palavras, poderíamos dizer que, no caso das ilocuições, “os elementos dados na situação são tais que, quando o enunciado é pronunciado, [...] segue-se um efeito, um efeito conhecido de antemão, regulado de antemão, um efeito codificado que é

5 [N. T.] A noção de felicidade de Austin (1970) condecora o ato de fala quanto a sua efetividade. Bonfante em *Erótica dos Signos* escreveu que “Austin tornou possível pensar a linguagem para além de sua relação entre referencialidade e verdade dos enunciados. Ele deslocou a atenção da verdade das proposições (a realidade averiguável no mundo que relatava a linguagem) para a sua felicidade (para as condições contextuais que permitem à elocução atingir, alcançar os efeitos sociais que se propõe a realizar). O foco no contexto do enunciado, no ritual e no próprio *milieu* social onde se desenrolam os atos de fala tornou possível postular que a prática da enunciação não descreve um estado de mundo, mas constitui a performance de um ato, sobretudo através da constatação de que um ato de fala poderia alterar uma situação no mundo (...)” (BONFANTE, 2016, p. 52).

6 [N. T.] De acordo com o Foucault de *O Governo dos vivos*, *parresía* é um termo grego que remete à coragem da palavra, descrevendo um ato de fala de sinceridade e honestidade tais que podem colocar seu enunciatador em risco.

precisamente aquilo em que consiste o caráter performativo do enunciado” (Foucault, 2008, p. 60). As perlocuções, por outro lado, são específicas, pois “a introdução, a irrupção” de um determinado enunciado “determina uma situação aberta, ou melhor, abre a situação e torna possível um certo número de efeitos que são precisamente desconhecidos” (Foucault, 2008, p. 60). A natureza *indeterminada* dos efeitos do enunciado é, de acordo com Foucault, uma das condições necessárias do enunciado parresiástico, que poderia, portanto, ser estudado como uma família de atos de fala cujos principais efeitos se situam no plano perlocucionário. O parresiasta é alguém que fala francamente e, portanto, não esconde suas críticas, às vezes muito duras, ao seu interlocutor. Dessa forma, ele modifica a situação e abre para si mesmo um espaço de risco *indefinido*: seu discurso pode ser bem recebido por seu interlocutor, mas também pode provocar uma ruptura entre eles e, no caso de um desequilíbrio significativo de poder entre os dois (pense em Platão confrontando o tirano de Siracusa), pode colocar em risco a própria vida do parresiasta. Foucault descreve essa situação como a irrupção de uma verdade – a verdade que o parresiasta diz – que tenta perturbar as relações de poder: o menos poderoso (o parresiasta) “diz a verdade” ao mais poderoso e, assim, se expõe às consequências, ainda indefinidas, de seu próprio discurso. Em 1974, Foucault descreveu esse modo específico de irrupção violenta da verdade dentro da realidade em termos do que ele chamou de “evento de verdade” (Foucault, 2003, p. 236-237).

É claro que, embora os efeitos perlocucionários nunca sejam *inteiramente* previsíveis, eles também não são *inteiramente* imprevisíveis: muitas vezes somos capazes de prever que tipos de efeitos (perlocucionários) serão produzidos por um determinado enunciado em um determinado contexto. Como diz Cavell, “se em minhas várias maneiras de me expressar ao me dirigir a você eu não pudesse racionalmente esperar produzir efeitos do tipo: alarmá-lo ou tranquilizá-lo, ofendê-lo ou diverti-lo, aborrecê-lo ou interessá-lo, exasperá-lo ou fasciná-lo..., eu não teria a capacidade de me tornar inteligível para você” (Cavell, 2011, p. 188-189). No entanto, não podemos ter, em todas as circunstâncias, certeza de

que *realmente* seremos capazes de nos tornar inteligíveis para o outro. Portanto, agir perlocucionariamente com palavras significa *nos expor* a um risco indeterminado ligado à liberdade do outro de responder a nós desta ou daquela forma – ou de forma alguma.

3 *Recognition* ou *acknowledgment*?

Propor que os efeitos perlocucionários são estruturalmente abertos à renegociação e nunca totalmente previsíveis não significa, entretanto, excluí-los “de um estudo da linguagem como tal” (Hornsby, 1994, p. 195). Em vez disso, a análise perlocucionária nos incita a *expandir* os limites temporais da teoria dos atos de fala: não apenas devemos analisar “atos de fala completos”, como Alice Crary (2002) argumenta em relação às ilocuções, mas também devemos observar a “situação de fala total” (Austin, 1970, p. 151). Em particular, a análise de um ato ilocucionário exige que levemos em conta um período curto e bem definido: realizamos um ato locucionário e, se a apreensão for obtida, certas consequências ilocucionárias serão produzidas quase imediatamente. Ao contrário, a análise de um ato perlocucionário exige que consideremos um período muito mais longo e menos claramente definido. De fato, não apenas a produção de um determinado efeito perlocucionário requer, para ser explicada, mais informações situacionais, sobre os interlocutores, sobre seu relacionamento mútuo e suas trocas passadas; ela lança também *essa* troca específica a um futuro indefinido de renegociações perlocucionárias.

Consequentemente, para estudar o perlocucionário, precisamos examinar uma série de trocas que se estendem por um período muito mais longo (e menos claramente definido) do que o normalmente associado ao estudo do ilocucionário. Baseando-me em análises cavellianas do “modo de conversação” que caracteriza as comédias de recasamento dos anos 1930 e 1940 (Cavell, 2017; 2011), proponho chamar essa série de trocas de “conversação”. Não posso, portanto, concordar com a afirmação do próprio Cavell de que, enquanto no caso das ilocuções é a primeira pessoa do

singular (o “eu”) que é crucial, as perlocuções são específicas, pois colocam no centro a segunda pessoa do singular (o “tu”) (Cavell, 2011, p. 196). Isso se deve ao fato de que, por um lado, as ilocuções dizem respeito tanto ao “eu” quanto ao “tu”: nunca estou “sozinho” quando realizo um ato ilocucionário, pois, se quero que ele seja “feliz”, sempre preciso obter o *uptake*⁷ – em outras palavras, preciso que o outro reconheça (*recognize*) o significado e a força da minha locução. Por outro lado, como as perlocuções têm por finalidade e se baseiam no reconhecimento mútuo (*mutual acknowledgment*), o que as caracteriza e está no centro é a primeira pessoa do plural (“Nós”). Portanto, aqui é necessário fazer uma distinção conceitual clara entre dois conceitos diferentes de reconhecimento: *recognition* e *acknowledgment* - uma distinção que a literatura sobre atos de fala tem ignorado até agora.

Jennifer Hornsby e Richard Moran insistiram no papel crucial desempenhado pela “condição de reciprocidade” no caso das ilocuções. Segundo eles, a diferença fundamental entre ilocução e perlocução é que o desempenho de um ato ilocucionário depende, de uma maneira específica, de seu público (Moran, 2018). A ideia de Hornsby, tirada de John Searle (1969), é que um ato ilocucionário pode ser “bem-sucedido” se, e somente se, o público reconhecer (*recognize*) o tipo de ato de fala que o orador quer realizar. A condição de reciprocidade, portanto, permite que os falantes façam coisas com as palavras simplesmente confiando no entendimento do público sobre o que eles estão (tentando fazer) fazendo (Hornsby, 1994). Pelo contrário, é evidente que precisamos de algo mais para explicar a perlocução. Como Hornsby argumenta, as consequências perlocucionárias vão “além daquelas que podem ser garantidas pela reciprocidade”: para que elas ocorram, “é necessário algo mais [...] do que o mero reconhecimento por parte do público do que o falante está fazendo” (Hornsby, 1994, p. 195)⁸. Considere o exemplo mencionado acima. Se eu disser à minha amiga: “Este bairro é muito perigoso à noite”, o reconhecimento (*recognition*)

7 [N. T.] Optei por deixar *uptake* como no original em francês, não apenas porque algumas palavras anglo impregnam, mas porque o gesto atesta aqui a dificuldade de transpor uma língua anglo em uma língua latina.

8 Sobre esse ponto, ver também Warnock (1989) e Moran (2018).

dela de que meu enunciado é uma afirmação é suficiente para que sua força ilocucionária seja realizada. Por outro lado, seu reconhecimento (*recognition*) do meu objetivo perlocucionário (persuadi-la a não sair para passear) não é condição suficiente para que ele seja realizado: ela poderia muito bem decidir sair para passear de qualquer maneira, por exemplo, se considerar minha preocupação irracional ou tediosamente condescendente.

Portanto, para explicar as perlocuções e seu sucesso, precisamos de algo mais do que o simples reconhecimento (*recognition*). O que precisamos é de reconhecimento (*acknowledgment*). De fato, embora seja verdade que os efeitos perlocucionários são estruturalmente abertos à renegociação e que os limites temporais do ato perlocucionário não são claramente definidos, qualquer análise do sucesso de uma perlocução depende de algo mais (e diferente) do que a simples realização de um determinado objetivo. Os efeitos perlocucionários se caracterizam por serem abertos a um futuro de reutilização e renegociação – um processo cujo objetivo final é o reconhecimento recíproco (*mutual acknowledgment*). Esse é a verdadeira “pedra de toque” do sucesso perlocucionário. Por outro lado, os fracassos perlocucionários são radicalmente diferentes dos fracassos ilocucionários, porque frequentemente é muito difícil entender o que “deu errado” no caso de um ato perlocucionário “fracassado”: não há uma doutrina sistemática das “coisas que podem ser e dar errado” (Austin, 1970, p. 48) para perlocuções. Contudo, no lugar de concluir que um estudo filosófico coerente do campo da perlocução é impossível, defendo que tal estudo deve se concentrar, não em uma “doutrina dos fracassos [Infelicidades]” (Austin, 1970, p. 48), mas na análise do que chamo de “gramática do reconhecimento”⁹.

Explorar essa gramática é o objetivo que torna possível explicar a lista de condições perlocucionárias de Cavell para o sucesso de enunciados passionais (Raïd, 2011, p. 155). Essa gramática é definida, por exemplo, pela maneira específica pela qual o falante declara (explícita ou implicitamente) que tem uma relação (*standing*)

9 [N. T.] No original o autor compõe um hibridismo anglofrancês: *grammaire de l'acknowledgment*.

com seu(s) interlocutor(es) e, portanto, o(s) seleciona como o(s) interlocutor(es) “apropriado(s)” - não invocando qualquer “procedimento”, mas se engajando em uma “troca” (Cavell, 2011, p. 197). E já que estamos lidando aqui com uma “invocação”, ou “provoação”, ou “confrontação” perlocucionária, que não é apoiada por nenhum procedimento convencional, seu estabelecimento se baseia apenas “no fato de que sou levado a falar e, portanto, a falar sob o golpe, ou efeito, da paixão, cujas capacidades de clareza e opacidade tornam a autenticidade da intenção sempre vulnerável à crítica” (Cavell, 2011, p. 198) – bem como à resposta que espero de meu(s) interlocutor(es)¹⁰.

Consequentemente, enquanto os obstáculos que podem impedir a realização de uma ilocução são geralmente bem definidos (o que pode “dar errado”, nesse caso, é o procedimento convencional invocado ou a condição de reciprocidade), no caso das perlocuções temos que “decidir o que é apropriado em cada caso; o que está em questão cada momento” (Cavell, 2011, p. 197). De fato, meu(s) interlocutor(es) poderia(m) recusar meu convite para a troca a qualquer momento: ele(s) poderia(m), por exemplo, “negar que eu tenha qualquer posição [*standing*]” perante ele(s), ou “rejeitar o pedido que exige a resposta que eu espero, ou pedir para adiá-la”, e assim por diante (Cavell, 2011, p. 198). Em outras palavras, no modo de troca perlocucionária – o que estou chamando de *conversação* aqui – “não há última palavra, não há *uptake* nem recusa, até que uma linha seja traçada, até que uma retirada seja feita, que pode, por sua vez, ser revogada” (Cavell, 2011, p. 200). O problema, portanto, não é o sucesso ou o fracasso de um ato de fala isolado, mas a capacidade humana de habitar uma linguagem compartilhada como sua própria “forma de vida”¹¹, criando assim – ou deixando de criar – as condições para o reconhecimento¹² mú-

10 De fato, como Cavell argumenta, referindo-se especificamente a declarações apaixonadas, “os sentimentos e atos que desejo provocar [...] ou elicitare [...] são sentimentos e atos que posso reconhecer [*acknowledge*], ou me recusar a reconhecer [*acknowledge*], conforme o caso, como respostas apropriadas à expressão de meu sentimento” (CAVELL, 2011, p. 24).

11 [N. T.] O termo *forma de vida* remete às *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. Stanley Cavell é reconhecido por ser um grande wittgensteiniano no mundo da filosofia. Embora não haja consenso sobre o que significa esse conceito, ele tem sido discutido amplamente. Ver os trabalhos de Helena Martis da PUC-RJ e de Ana Paula Grillo El Jaick da UFJF, para uma entrada em discussão linguística sobre o trabalho de Wittgenstein.

12 [N. T.] A questão do *acknowledgment* remete ao reconhecimento butleriano inspirado por Hegel que reifica a construção identitária apresentada socialmente no ato de performances de si. Existe uma consonância muito interessante entre a forma como Lorenzini aplica o conceito de *acknowledgment* e Butler explora o conceito de *recognition* em *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*.

tuo (*mutual acknowledgment*). É por isso que a perlocução coloca em evidência a vulnerabilidade da linguagem, e nossa própria vulnerabilidade como “criaturas da linguagem” (Cavell, 1988, p. 141), de uma forma inacessível à ilocução.

4 Responsabilidade perlocucionária

Em seus escritos sobre a enunciação apaixonada, Cavell pergunta se a teoria austiniana da fala como ação “pode ser estendida, de certa forma reconvocada, para propor uma teoria da fala como paixão” (Cavell, 2011, p. 22). Abordar a questão da relação entre fala e paixão tornaria possível, na visão de Cavell, contrabalançar o desprezo de Austin “pelas paixões, ou digamos, pelo que é expressivo na linguagem” (Cavell, 2011, p. 175-176) – um desprezo que, além disso, caracteriza toda a literatura sobre atos de fala. No entanto, é crucial enfatizar que uma teoria da fala como paixão¹³ não pode e não deve ser oposta a uma teoria da fala como ação: mesmo que Cavell (2011, p. 180) argumente que “o aspecto passional da enunciação” não é “uma questão separável”, sua perspectiva permanece profundamente austiniana, pois ele trata a linguagem como uma (ou talvez a) atividade humana fundamental. O problema que Cavell nos incita a explorar não é, portanto, exatamente o da “passividade da paixão” (Cavell, 2011, p. 172), mas o da *passividade da própria ação*. Esse problema está intimamente ligado à nossa vulnerabilidade como criaturas da linguagem, tendo em vista não apenas a falhas ilocucionárias causadas por falhas específicas em termos de convenção ou reconhecimento (*recognition*), mas também a falhas perlocucionárias devidas à falta de reconhecimento (*acknowledgment*) – de nossos sentimentos e paixões, é claro, mas também, e mais profundamente, de nossa finitude e falibilidade.

Nossa vulnerabilidade como criaturas da linguagem não se reduz, de fato, ao poder da linguagem de ferir¹⁴. Ela está enraizada no fato de que só podemos fazer coisas com palavras se aceitar-

13 [N. T.] Aqui a distinção entre paixão e ação no fraseado de Cavell remete a distinção espinosana entre os tipos de afeto na obra *Ética*. Enquanto as paixões seriam afetos imaginados pelo corpo, que poderiam nos levar a servidão humana, as ações seriam afetos refletidos e esclarecidos pela união mente e corpo, e portanto poderiam aprimorar o potencial humano de agência e liberdade.

14 Ver por exemplo, Matsuda *et al.* (1993), Butler (1997) e Waldron (2012).

mos o risco de nos expormos ao fracasso e aos outros e suas respostas – fracassos e respostas que nem sempre são previsíveis. O estudo da perlocução nos permite explorar exatamente esse tipo de vulnerabilidade e descrever nossa vida com palavras como constantemente exposta a acidentes, rupturas e reprovações. Ele nos permite entender por que todos nós somos “vítimas da expressão” (Cavell, 2011, p. 27), constantemente falando e agindo “na ausência do que poderia parecer uma razão suficiente” (Cavell, 2011, p. 155). Entretanto, e pelo mesmo motivo, nossa vida com as palavras também merece ser descrita como uma “aventura” (Diamond, 2004, p. 421-422) caracterizada por uma prática incessante de improvisação e criação.

Com razão, se o estatuto do falante e a situação em que ele se encontra determinam com bastante precisão *o que ele deve dizer* se quiser realizar corretamente um determinado ato ilocucionário (afirmar, prometer, ordenar etc.), o que caracteriza as perlocuções é que o falante, ao tentar, por exemplo, persuadir, consolar ou seduzir, afirma *sua própria liberdade*, dando-lhe uma forma concreta e específica – já que a liberdade só existe na(s) prática(s) (Foucault, 2001, p. 1094). Em outras palavras, agir perlocucionariamente com palavras implica exercer a liberdade de transformar as normas existentes ou inventar novas normas - “improvisar com as desordens do desejo”, como diz Cavell, em vez de participar com seu interlocutor “na ordem da lei” (Cavell, 2011, p. 26).

À luz desse exercício de liberdade difícil, mas muitas vezes recompensador, finalmente se torna possível entender por que os efeitos perlocucionários geram uma forma específica de responsabilidade moral. Até agora, essa responsabilidade tem sido ignorada na literatura sobre atos de fala¹⁵, porque os pesquisadores tendem a argumentar que é apenas a dimensão ilocucionária da performatividade da linguagem que “expressa as maneiras pelas quais os falantes se tornam reciprocamente responsáveis [...] ao contrário das outras maneiras pelas quais eles poderiam esperar, por meio de seu discurso, exercer influência uns sobre os outros” (Moran, 2018, p. 137). No entanto, embora seja verdade que Aus-

15 Com exceção de Nancy Bauer, que insiste claramente no papel crucial desempenhado pela responsabilidade nos domínios ilocucionário e perlocucionário. Ver Bauer (2006, p. 90).

tin concebe a agência em termos de uma “responsabilidade devidamente atribuída” e que, conseqüentemente, ele considera que “há agentividade sempre que se pode atribuir legitimamente a um agente a responsabilidade [pelo menos parcial] por um determinado resultado” (Sbisá, 2007, p. 467), não devemos nos apressar em excluir a ideia de responsabilidade perlocucionária.

Todo ato de fala normalmente gera uma responsabilidade ilocucionária específica: se eu prometer algo, assumo a responsabilidade por minha promessa. Mesmo que ela não exerça um poder despótico sobre mim que me *obrigue* a cumpri-la - afinal, sempre tenho a liberdade de não cumprir minhas promessas¹⁶ -, o fato de eu proferir uma promessa dá ao meu interlocutor razões válidas para esperar (e reivindicar) que eu a cumpra. É nesse sentido que “nossa palavra é nosso compromisso” (Austin, 1970, p. 44). No entanto, não somos responsáveis apenas pelas conseqüências ilocucionárias (bem definidas e previsíveis) de nossos atos de fala: também somos responsáveis por abrir um espaço de conversação/confronto com outras pessoas que normalmente envolve efeitos (perlocucionários) que não podemos prever com antecedência.

Considere o seguinte exemplo de Bauer (2015). Um homem e uma mulher estão namorando há algum tempo. Certa noite, durante um jantar romântico, o homem diz à mulher que a ama. Pouco tempo depois, no entanto, a mulher descobre que ele também está saindo com outra pessoa. Quando ela lhe pede que explique seu comportamento desonesto, o homem responde que simplesmente queria dizer que sentia afeição por ela, não que estava apaixonado por ela.

Poderíamos, é claro, tratar esse exemplo como um caso de responsabilidade ilocucionária e argumentar que o homem deveria saber com o que suas palavras o estavam comprometendo – e que a reação da mulher é, portanto, totalmente previsível (e legítima): “Você disse que me ama, como pode estar saindo com outra pessoa ao mesmo tempo?” No entanto, Nancy Bauer nos pede para imaginar que o homem é sincero e que ele realmente

¹⁶ Sobre esse ponto, conferir Ducrot (1985, p. 79) e Laugier (2004, p. 300).

não pretendia sugerir, com suas palavras, que estava pronto para que seu relacionamento com a mulher se tornasse exclusivo. Poderíamos supor que estar em um relacionamento exclusivo não faz parte de sua ideia de “amor”. Entretanto, como observa Bauer (2015), o fato é que a mulher tem o direito de se sentir magoada, enganada ou até mesmo traída. Consequentemente, o comportamento do homem pode ser julgado (moralmente) errado, não apenas porque ele deveria saber a que suas palavras o estavam comprometendo *ilocucionariamente*, mas também porque, em segundo lugar, ele falhou em responder adequadamente às reações que elas provocaram – embora não intencionalmente.

O conceito de “responsabilidade perlocucionária” visa explicar exatamente esse tipo de situação, em que alguém pode ser legitimamente responsabilizado por uma série de consequências de suas palavras que não tinha previsto e que não estão inteiramente sob seu controle. A responsabilidade perlocucionária é, portanto, estruturalmente *indefinida*: somos capazes de ferir e ser feridos por palavras de muitas maneiras mais ou menos imprevisíveis – e podemos ser legitimamente responsabilizados por (pelo menos) algumas delas. No campo da perlocução, a responsabilidade é, portanto, uma questão de (re)negociação, pois precisa ser atribuída e modulada de forma específica para cada caso. É uma questão de conversação e confronto – geralmente apenas um momento em uma série muito mais longa de efeitos perlocucionários. Como Bauer (2015, p. 100-101) aponta no exemplo citado, “a mulher pode responder ao fracasso do homem em querer dizer o que disse de várias maneiras”, de modo que “resolver a bagunça que o homem criou pode levar algum tempo”.

Se defendo que essa forma de responsabilidade é “moral”, não é porque ela se aplica a ações que são claramente repreensíveis ou irrepreensíveis (Sbisá, 2007). Ao contrário, para enfatizar que a moralidade em si não assume apenas a forma bem definida da lei (como no caso da responsabilidade ilocucionária), mas também a forma difusa, imprevisível e criativa da improvisação. É essa forma específica de responsabilidade moral pelos efeitos causa-

dos por nossas palavras, que não podem ser totalmente controlados ou sequer previstos, e que estão indefinidamente abertos à renegociação, que um estudo filosófico coerente da perlocução é chamado a definir e explorar. Desse ponto de vista, a responsabilidade perlocucionária é o correlato necessário da gramática de reconhecimento (*acknowledgment*) descrita acima: não posso reconhecer (*acknowledge*) você nem reivindicar que você me reconheça (*acknowledge*), a menos que eu aceite que posso ser responsabilizado por *qualquer efeito* que meu discurso produza em você.

Referências

AUSTIN, John L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.

BAUER, Nancy. How to Do Things with Pornography. In: CRARY, Alice; SHIEH, Sanford. (org.). *Reading Cavell*. New York: Routledge, 2006. p. 68-97.

BAUER, Nancy. *How to do things with pornography*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2015.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Tradução: Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora da UNESP, 2021.

CAVELL, Stanley. *In quest of the ordinary: lines of Skepticism and Romanticism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

CAVELL, Stanley. *Philosophie: Le jour d'après demain*. Paris: Fayard, 2011.

CAVELL, Stanley. *À la recherche du bonheur: Hollywood et la comédie du remariage*. Paris: Vrin, 2017.

CRARY, Alice. The happy truth: J.L. Austin's How to do things with words. *Inquiry*, [s. l.] v. 45, n. 1, p. 59-80, 2002.

DIAMOND, Cora. *L'esprit réaliste: Wittgenstein, la philosophie et l'esprit*. Paris: P.U.F., 2004.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.

HORNSBY, Jennifer. Illocution and Its Significance. *In*: TSOHATZIDIS, Savas (org.). *Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives*. New York: Routledge, 1994. p. 187-207.

FOUCAULT, Michel. Espace, savoir et pouvoir. *In*: DEFERT, Daniel; EWALD, François (org.). *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001. p. 122-154.

FOUCAULT, Michel. *Le pouvoir psychiatrique: cours au Collège de France, 1973-1974*. Paris: Seuil-Gallimard, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Le gouvernement de soi et des autres: cours au Collège de France, 1982-1983*. Paris: Seuil-Gallimard, 2008.

LAUGIER, Sandra. Acte de langage ou pragmatique? *Revue de métaphysique et de morale*, [s. l.], n. 42, p. 279-303, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40903993>. Acesso em: 21 jul.2024.

LORENZINI, Daniele. Performative, passionate, and parrhesiastic utterance: on Cavell, Foucault, and truth as an ethical force. *Critical Inquiry*, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 254-268, 2015. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/679074>. Acesso em: 27 ago.2024.

KAUFMANN, David. A Plea for perlocutions. *Conversations: The Journal of Cavellian Studies*, [s. l.], v. 4, p. 43-60, 2016.

MATSUDA, Mari J. *et. al. Words that wound: critical race theory, assaultive speech, and the first amendment*. Boulder: Westview Press, 1993.

MORAN, Richard. *The exchange of words: speech, testimony, and intersubjectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

RAÏD, Layla. Énoncés passionnés et performatifs selon Stanley Cavell. *Revue internationale de philosophie*, [s. l.], v. 2, n. 256, p. 151-165, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23961048>. Acesso em: 28 ago.2024.

SEARLE, John. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SBISÀ, Marina. How to Read Austin. *Pragmatics*, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 461-473, 2007.

WALDRON, Jeremy. *The harm in hate speech*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

WARNOCK, Geoffrey J. *J.L. Austin*. New York: Routledge, 1989.

Referências do Tradutor

BONFANTE, Gleiton. M. *Erótica dos Signos nos aplicativos de pegação: performances íntimo-espetaculares de si*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.

BONFANTE Gleiton. M. Gatilhos afetivos do discurso e a compra e venda de estímulos semióticos no Twitter. *Revista da Anpoll*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 199–214, 2022. Disponível: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i1.1627>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso no Colége de France, 1979-1980*. São Paulo: Achiamé, 2008.

SPINOZA, Baruch. (1677) *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de Giovani Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Fósforo, 2022.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.